



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0026267-43.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Figueira de Almeida Controle Patrimonial Ltda**
 Requerido: **News Hover Light Industria e Comércio de Cosméticos Ltda**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

FIGUEIRA DE ALMEIDA CONTROLE PATRIMONIAL LTDA propõe a presente ação de cobrança contra **NEWS HOVER LIGHT INDUSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA**.

Alega a autora, em síntese, que a requerida não pagou pelos serviços, consistente na terceirização de porteiros nas áreas ocupadas. Assevera que o débito perfaz o montante de R\$ 9.401,67, já atualizado até setembro de 2012, requerendo o respectivo pagamento e demais pedidos de estilo.

A requerida, devidamente citada (fl. 136), deixou o prazo de resposta transcorrer em branco.

É o relatório.
Decido.

O feito prescinde de outras diligências e de instrução probatória, comportando julgamento no estado, nos termos do artigo 330, incisos I e II, do Código de Processo Civil.

Trata-se de ação de cobrança relativa aos débitos pela prestação de serviços de portaria em que não houve o devido pagamento.

Na espécie, conquanto regularmente citado (fl. 136), o requerido ficou-se absolutamente inerte em apresentar defesa, tornando, assim, aplicáveis na hipótese os efeitos da revelia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Nos termos do artigo 319 do Código de rito: *"Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor"*.

De observar-se, contudo, que a revelia não implica necessariamente a procedência da ação, já que apenas faz presumir verdadeiros os fatos narrados na inicial, o que não impede ao julgador à análise livre do direito aplicável ao caso "sub judice".

Pois bem.

Encontra-se entranhado no processo o cheque nº AA-000092, nominal à requerida, no valor de R\$ 8.408,32. Era destinado ao pagamento das faturas nº 1751 (fl. 15); 17736 (fl. 16); 17919 (fl. 17) e 18078 (fl. 18). Segundo a autora, o pagamentos destas faturas foi acordado entre as partes, conforme correspondências eletrônicas de fls. 20/33, por meio do cheque, que terminou devolvido sem fundos.

Além disso, sustenta a autora que também resta a receber a fatura nº 18325 (fl. 19), no valor de R\$ 437,52, excluindo-se os tributos. Juntos, os débitos totalizam a quantia de R\$ 9.267,89, que corrigidos até setembro de 2012, somam a quantia de R\$ 9.401,67.

Em consequência da revelia e da verossimilhança das alegações constantes da inicial quanto à matéria fática, em especial a devolução do cheque emitido como forma de pagamento pelos serviços prestados à ré pela autora, desnecessária qualquer dilação probatória.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil e condeno a requerida ao pagamento de R\$ 9.401,67, com juros de 1% ao mês, desde a citação, e correção monetária desde setembro de 2012, de acordo com a tabela do TJ/SP.

Condeno o demandado, ainda, ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte adversa, que fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação.

Oportunamente, archive-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 28 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**